

INDÚSTRIA, ELITE INDUSTRIAL E TECNOBUROCRACIA EM MINAS GERAIS¹

Ignacio Godinho Delgado²

1 APRESENTAÇÃO

Desenvolvemos neste artigo alguns elementos de um estudo mais amplo que empreendemos sobre a ação de classe da burguesia mineira entre 1945 a 1956 (Delgado, 1989). Inicialmente, delineamos alguns argumentos presentes na primeira parte daquele trabalho, buscando estabelecer o que há de específico na prática de classe da burguesia brasileira, dentro das condições firmadas pelo desenvolvimento retardatário e dependente do capitalismo no país. Na seção seguinte, adaptamos o 1º capítulo da segunda parte do estudo indicado, no qual procuramos identificar os aspectos mais pertinentes à compreensão da emergência e da organização da elite industrial mineira, constituída principalmente a partir dos anos 30.

A percepção da importância da ação desencadeada pelas entidades dos empresários mineiros, num período em que começa a se definir o perfil da estrutura industrial do estado, é crucial sob vários aspectos. Em primeiro lugar porque contribui para uma reavaliação de duas noções que se tornaram moeda corrente nos estudos sobre o desenvolvimento brasileiro. De um lado, a proposição que assinala ser o Estado, para o bem ou para o mal, o agente quase exclusivo do

1 Este artigo foi produzido com o apoio do Núcleo de Pesquisa em História Regional do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). As referências à documentação pesquisada junto aos arquivos da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMG) e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais seguem as seguintes convenções: AC - ata de reunião da diretoria da ACMG; FIEMG - ata de "semanal" da FIEMG; FIEMG/CIEMG - ata de reunião conjunta da FIEMG e do Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais; CR-FIEMG - ata de reunião do Conselho de Representantes da FIEMG; DE-FIEMG - ata de reunião da diretoria executiva da FIEMG. Documentos diversos da FIEMG são acompanhados da indicação PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG. As revistas das duas entidades são indicadas com menção do arquivo em que foram consultadas. Documentos pesquisados no Arquivo Público Mineiro aparecem junto das iniciais APM.

2 Professor do Departamento de História da Universidade Federal Juiz de Fora (UFJF).

desenvolvimento, seja na perspectiva informada pela noção de “patrimonialismo”, seja entre os que se utilizam da noção de “revolução pelo alto” (Faoro, 1958; Schwartzman, 1982; Velho, 1976). Tal proposição destaca, dentre outros aspectos, que a estrutura econômica do país não favoreceu, na maior parte dos casos, a emergência de formas de intermediação de interesses centradas na ação das forças presentes na sociedade, reforçando o papel dos grupos incrustados no Estado. De outro lado, a elucidação da prática dos industriais mineiros contribui, também, para requalificar os estudos sobre o empresariado que vêm neste uma força social despida de projetos e incapaz de “ação concertada” (Cardoso, 1972; Martins, 1968, 1976). Finalmente, de forma mais específica, este artigo põe em discussão a noção de “tecnocracia mineira”, que informa importantes estudos sobre o desenvolvimento industrial de Minas Gerais (Andrade, 1980; Diniz, 1981).

Nesta medida, na trilha de diversos estudos que têm revelado uma ação muito mais consistente do empresariado brasileiro e mineiro do que os enfoques “estatistas” têm podido assinalar, este artigo aparece como uma pequena contribuição ao esclarecimento dos nexos entre Estado e burguesia industrial no país (Diniz, 1968; Diniz, Boschi, 1978; Gomes, 1979; Dulci, 1990; Vieira, 1984).

2 BURGUESIA E ESTADO NO BRASIL

2.1 Estado e burguesia

A noção que aponta a **autonomia relativa** do Estado como característica central do Estado burguês é, em geral, fundamentada em dois níveis. Num primeiro, assinala-se a **autonomia da instância política** nas formações sociais **dominantemente** capitalistas, por força de a dominação burguesa prescindir de mecanismos de coerção extra-econômicos no âmbito do processo de produção, em virtude da dissociação entre produtores e meios de produção, num quadro em que prevalecem relações mercantis e contratuais (Poulantzas, 1977, p. 121 e seg.). Desta forma, à medida em que se restringem as alternativas de sobrevivência para os produtores diretos, com a emergência da grande indústria e com a generalização das relações mercantis, as relações de produção capitalistas “naturalizam-se” e reproduzem-se segundo uma dinâmica puramente econômica. O Estado sanciona tais relações, instituindo uma ordem jurídica que assegura a troca de equivalentes no mercado e buscando a incorporação de todos os cidadãos (sujeitos jurídicos) nas relações de troca (Offe, Range, *in*: Offe, 1984).

Num segundo nível, a autonomia relativa do Estado é referida à “incapacidade governativa” da burguesia. Esta é vista como uma força social que dispõe de um interesse geral, ligado à preservação das condições que permitem a reprodução das relações de produção capitalistas, mas incapaz de constituir um **interesse comum substantivo**, na medida em que se encontra fragmentada em múltiplas atividades concorrentes na “anarquia da produção capitalista” (Offe, 1984). É o Estado que constitui tal interesse comum. Sua neutralidade formal e sua estrutura burocrática colocam-no à meia distância dos diversos interesses empíricos dos capitalistas, permitindo a decantação de um interesse comum capitalista, a partir dos interesses contraditórios que se degladiam nas esferas da produção e do mercado.

Naturalmente que o **Estado burguês**, dependente de recursos gerados no âmbito da acumulação capitalista privada, não é indiferente quanto aos diversos interesses em disputa. Não só a **forma do Estado** modifica-se com os diversos estágios de uma formação social (por exemplo, Estado Liberal e Estado Intervencionista), como também o Estado é constituído, em sua estrutura material, de vários **centros de poder** com seletividade diferenciada diante dos diversos interesses capitalistas. A prevalência de um determinado centro de poder revela qual das frações da burguesia é dominante no **bloco no poder** a partir do qual fundamenta-se o poder do Estado. Entretanto, isto não significa um controle instrumental de qualquer fração burguesa sobre os ramos que constituem o **aparelho de Estado**. Ao contrário dos Estados pré-capitalistas, um traço distintivo do Estado burguês é sua **unidade**, isto é, sua estrutura não é compartimentada e/ou fragmentada, na medida em que seus recursos materiais e os das classes dominantes encontram-se claramente delimitados. A predominância deste ou daquele centro de poder, e a prevalência desta ou daquela forma de intermediação de interesses, revelam que a estrutura do Estado opera a decantação de um interesse comum capitalista, com predomínio dos interesses da fração dominante do bloco no poder, sem romper com sua unidade e sua neutralidade formal (Poulantzas, 1977, p. 293 e seg.).

Do exposto acima resultam duas conseqüências. A primeira diz respeito à **burocracia de Estado**. Se este é relativamente autônomo, resulta que a burocracia de Estado dispõe de uma coesão específica, definida pelo **lugar** (ou pelos lugares) que ela ocupa no aparelho de Estado, o que enseja a sua constituição como **força social** também relativamente autônoma (Poulantzas, 1977, p. 337 e seg.). Em geral, as iniciativas do Estado brotam de sua estrutura, sem responder às “necessidades” dos capitalistas e/ou às “pressões” das camadas

sociais subalternas. É a ação do Estado que tende a estabelecer a moldura das interações conflitivas, que se processam na sociedade, e a matéria do que vai ser objeto de disputa (Offe, Lenhardt, *in*: Offe, 1984, p. 10 e seg.). Por outro lado, se a ação da burocracia de Estado encontra-se limitada pelos dispositivos do **direito burguês** que sancionam as relações de produção capitalistas, o fato de ser o Estado dependente de recursos gerados na esfera da acumulação privada, tornam-no, no limite, solidário com o êxito desta, o que também circunscreve a autonomia da burocracia estatal.

A segunda consequência diz respeito à relação entre burguesia e Estado. Observada a autonomia relativa do Estado e sua unidade, resulta que o poder burguês realiza-se não pelo controle instrumental de seu aparelho, mas como **poder indireto**. Claus Offe destaca o **poder de veto** - com o qual os capitalistas mais dizem ao Estado o que não fazer do que demandam alguma ação específica - e o “jogo pluralista de influências”, no qual a burguesia dispõe de vantagem relativa diante de outras forças sociais (Offe, 1984, p. 140 e seg.). A noção de autonomia relativa permite, por outro lado, perceber a disfuncionalidade dos formatos autoritários para encobrir a dominação burguesa, quando esta processa-se em condições “normais”. Segundo Offe, os formatos autoritários podem conduzir tanto ao atendimento de interesses particularísticos, quanto ao reforço de móveis mobilizadores, destilados pelo “pessoal do Estado”, a conduzir a ação deste último. Assim, a autonomia relativa do Estado seria, respectivamente, dissolvida ou absolutizada.

É neste contexto que se compreende a relação entre o empresariado e os partidos políticos. Mecanismos por excelência de intermediação entre Estado e sociedade civil, nas formações sociais predominantemente capitalistas, os partidos expressam distinções operadas no âmbito da estrutura ideológica, que não necessariamente dispõem de correspondência com as forças sociais definidas na estrutura econômica. Gramsci assinalava que na sociedade civil burguesa os empresários exercem sua influência sobre diversos partidos e que somente os proprietários de terra, dentro das classes dominantes, constituiriam seu próprio partido (Gramsci, 1978, p. 168 e seg.). De fato, ocorrendo a dominância da produção industrial no interior de uma formação social, os partidos tendem a reproduzir a dependência que tem o Estado em relação aos interesses gerais da acumulação capitalista.

Cabe, ainda, salientar que o “tipo puro” de poder burguês, operado fundamentalmente como poder indireto, pressupõe a dominância plena do modo de produção capitalista no interior da formação

social em que aquele se exerce. Na ausência da referida dominância, é tênue ou inexistente o poder de veto da burguesia, da mesma forma que, não se verificando a universalização das relações mercantis, também não se constitui um espaço homogêneo de circulação de informações, não se consolida a figura do indivíduo-cidadão (pela presença de relações de dependência pessoal), nem dispõem de eficácia as agências privadas, que podem produzir a hegemonia burguesa, no interior do jogo pluralista de influências.

Finalmente, importa definir o efeito que produz o formato indicado acima nas organizações dos empresários. Uma classe social define-se não só pela posição ocupada na estrutura produtiva, como também por suas práticas e confrontos, por conta dos quais constitui determinados aparelhos (Poulantzas, 1977, p. 83 e seg.). A natureza e o papel destes, entretanto, estão associados à configuração global da formação social em que emergem. Uma vez que esteja a produção industrial capitalista instituída como dominante, de modo a garantir que os empresários possam dispor da própria empresa como recurso de poder, e estando firmados os interesses capitalistas, pelo Estado, como “interesse geral”, as organizações dos empresários aparecem como aparelhos menos significativos que a própria empresa, onde reside a fonte primária do poder da burguesia. Criadas como resposta às organizações dos trabalhadores e/ou para limitar a ação do Estado, as organizações empresariais buscam, então, criar em seus membros a “disposição para pagar”, ao contrário das organizações dos trabalhadores, cujo único recurso para estabelecer sanções sobre o ambiente, exige que se crie, em seus membros, a “disposição para agir”, sem a qual não dispõem de eficácia (Offe, Wiesenthal, *in*: Offe, 1984, p. 56 e seg.). Por fim, a relativa indiferença dos empresários para com temas políticos explica-se, também, pela possibilidade que têm de operar com variados recursos de poder, num quadro global em que seus interesses estão solidamente firmados pelo Estado.

Curioso é observar que tal indiferença seja tratada como reveladora da suposta incapacidade dos empresários brasileiros de desenvolver uma ação de classe consistente, exatamente por aqueles estudos que advogam esta perspectiva ao contrastarem o comportamento da burguesia brasileira com sua congênere dos países capitalistas centrais (Martins, 1968, p. 144 e seg.). Tais estudos procuram explicar o papel dos empresários brasileiros tão-somente pela referência à posição e à permanência das camadas empresariais na estrutura e no processo de desenvolvimento capitalista do país, bem como avaliam seus projetos através de considerações sobre a média da opinião dos empresários acerca de determinados temas, a partir das

quais se concluía que a burguesia brasileira fosse incapaz de reeditar os papéis das burguesias centrais no processo de emergência do capitalismo (Martins, 1968, 1976; Cardoso, 1972.). Toma-se, assim, a diferença pela ausência. Ora, além de não levar em conta as especificidades da prática de classe da burguesia brasileira, nos marcos de um capitalismo retardatário e dependente, estes trabalhos limitam-se a uma definição puramente econômica das classes sociais, desconhecendo os aparelhos constituídos pelas práticas do empresariado do país, como parte componente do objeto do qual se acercavam. No Brasil as entidades empresariais tiveram papel fundamental na configuração da prática e dos projetos dos industriais brasileiros, uma vez que operavam num ambiente em que, pelo menos até os anos 50, não estava ainda estabelecida como dominante a produção industrial no país, nem os interesses industriais firmados como “interesse geral” pelo Estado. Assim, elas funcionaram como veículo de um projeto de classe que buscava estabelecer a indústria como a “redenção da Nação”, numa prática consistente com a condição de uma burguesia criadora e criatura do capitalismo retardatário e dependente no país.

2.2 Capitalismo retardatário e ação de classe da burguesia brasileira

O processo de formação da ordem burguesa no Brasil marca-se pela defasagem com que se instituem suas dimensões ideológica e jurídico-política, relativamente ao processo de instalação da economia capitalista propriamente dita. Primariamente, salienta-se que a absorção do liberalismo no país não resultou do conflito entre práticas sociais antagônicas, a exemplo daquele que, em alguns países da Europa, opunha a ordem capitalista emergente às instituições do *Ancien Regime* (Santos, 1970, p. 109). O liberalismo “penetra” no Brasil segundo uma agenda estratificada, para reordenação dos laços de dependência, por ocasião da ruptura do estatuto colonial. Não obstante, ainda que não regulasse efetivamente as relações de produção, dele se destacou o que Florestan Fernandes chamou de “polarização utópica” do liberalismo brasileiro (Fernandes, 1975). Os símbolos e valores da ordem liberal, instituíam, no imaginário das elites, os alvos a serem alcançados pela sociedade nacional, associados aos padrões de organização econômica e política presentes nas nações capitalistas “centrais”. A tal polarização utópica articula-se, como sua contraface ideológica, a **imagem do atraso**. Por via desta é que as diversas frações das classes dominantes requalificam a perspectiva liberal, em cada momento, seja postergando para um futuro jamais

alcançado a construção das “bases materiais do consentimento”, próprias a um ordenamento liberal-democrático, seja, como se verifica no caso da burguesia industrial, definindo um papel específico para o Estado e o capital estrangeiro na aceleração do processo de desenvolvimento industrial, que permitisse a superação do “atraso”.

Do mesmo modo, a constituição do Estado burguês no Brasil não resultou das exigências de mudança institucional produzidas pela expansão das relações de produção capitalistas. Iniciada com os processos sucessivos da Abolição, da Proclamação da República e da Constituição de 1891, a instalação do Estado Burguês no Brasil foi um produto da crise do **escravismo colonial** (Gorender, 1980; Saes, 1985). Esta, no entanto, não foi produzida pela incompatibilidade da ordem escravista com relações de produção capitalistas emergentes, na época residuais. Fundamentalmente, a crise do escravismo esteve associada à redução da oferta de escravos, ao abolicionismo de classe média e às imposições do capitalismo inglês. O **Estado burguês** emerge, pois, com uma estrutura contraditória, na qual a instituição do **direito burguês** - sancionando relações contratuais e a troca de equivalentes - combinava-se a elementos patrimonialistas do **aparelho de Estado**, e oligárquicos do **regime político**. Tal estrutura fundava-se na superposição do Estado burguês a uma formação social não predominantemente capitalista, onde era tênue o liame mercantil entre suas diversas regiões e formas de produção.

Quanto ao processo de formação da economia capitalista no país, especificamente, é significativo ressaltar que esta desencadeou-se num marco estrutural em que inexistiam os requisitos próprios à ocorrência de uma “revolução democrático-burguesa”. Tendo como ponto de partida o escravismo colonial, a produção capitalista no Brasil enfrentou poucos óbices institucionais à operação das relações de produção capitalistas, removidos com a Abolição (Gorender, 1981). A economia escravista, por seu turno, não permitia a constituição de um campesinato dinâmico que pudesse dar suporte a uma rebelião camponesa, condição essencial à “via democrático-burguesa” de emergência do capitalismo. Finalmente, a solução imigrantista do processo de formação do mercado de trabalho, combinada com a liberação de força de trabalho nacional em virtude da desagregação de núcleos diversos da economia exportadora, permitiu que a acumulação industrial, germinada e desenvolvida, em suas fases iniciais, às expensas do mercado e dos recursos gerados pela produção exportadora, não tivesse que se antagonizar com as formas de produção pré-capitalistas, que ainda prevaleciam na estrutura agrária brasileira (Mello, 1984; Oliveira, 1981; Velho, 1976).

Decorre daí que a ação da burguesia industrial nasceu sem exigir uma disposição de ruptura com as frações oligárquicas das classes dominantes, que constituíam o bloco no poder do Estado burguês emergente no país, sob regime oligárquico. A presença “antecipada” do direito burguês estabelecia uma ordem que acolhia “a emergência da burguesia industrial com um tipo de Estado por definição adequado à sua natureza de classe” (Vianna, 1976, p. 66). Não obstante, o pequeno peso da estrutura industrial sob o regime oligárquico limitava as possibilidades de uma influência burguesa sobre o Estado segundo os mecanismos do poder indireto. Assim, a burguesia industrial - que, nos embates com o movimento operário e na defesa da indústria diante do discurso agrarista e livre-cambista oficiais, forjava crescentemente seu auto-reconhecimento enquanto classe - adotará a tática de postergar confrontos, mantendo sua aliança com setores oligárquicos, de modo a firmar as bases materiais do seu poder, através da consolidação da estrutura industrial no país (Diniz, 1968, p. 286 e seg.).

A percepção da impossibilidade de constranger a ação do Estado e dos partidos segundo os mecanismos do poder indireto, vai conduzir, por seu turno, a burguesia industrial ao estabelecimento de entidades específicas dos industriais e à busca de canais inscritos no próprio aparelho de Estado, para intermediação de interesses, escapando, assim, do espaço político “viciado e morto”, instituído por um jogo eleitoral e partidário cativo do domínio oligárquico. Tal prática verificou-se ainda na República Velha com o Conselho Superior de Comércio e Indústria e o Conselho Nacional do Trabalho (Gomes, 1979, p. 162 e seg.). Depois de 1930, após as hesitações iniciais, decorrentes da presença de elementos agraristas no discurso da Aliança Liberal e dos apelos tenentistas à “justiça social”, os industriais vislumbraram no formato corporativo um mecanismo que os aproximava da própria formulação da política econômica estatal. Sua ação dirigiu-se, então, à tentativa de requalificar o formato corporativo, que brotava das iniciativas da burocracia de Estado, mitigando seus laivos colaboracionistas, de modo que se destacassem os aspectos ligados ao controle sobre o movimento operário (Vianna, 1976, p. 149 e seg.). O corporativismo brasileiro nasce segmentado, uma vez que, ao contrário das organizações operárias, permaneciam preservadas as organizações autônomas das classes dominantes (O'Donnell, 1976).³ Para os industriais, estas funcionavam como base organizativa da utilização

3 Angela Maria de Castro Gomes assinala que mesmo sob o novo Estado Novo esta duplicidade na organização dos empresários se manteve (Gomes, 1979, p. 152 e 192).

do discurso liberal como **reserva ideológica**, a ser acionada contra o pessoal do Estado, à medida em que a ação deste ultrapassasse os limites fixados pelos interesses empresariais. Numa perspectiva global, os industriais aceitavam a presença do Estado e privilegiavam a intermediação de interesses por via de canais inscritos no seu interior, mas mantinham um pé fora do Estado, na medida em que as formas estabelecidas de intermediação tendiam a reforçar a ação autônoma da burocracia estatal, já que sobre o Estado não pesavam plenamente os constrangimentos do poder indireto e do jogo pluralista de influências.

A ação de classe da burguesia é dirigida por uma **elite industrial** que se constituía “precocemente”, uma vez que o caráter retardatário do desenvolvimento capitalista conduzia à instalação, desde o seu início, de grandes empresas industriais, já que boa parte das indústrias absorviam os padrões tecnológicos disponíveis no mercado mundial capitalista. Assim, ainda que o peso relativo dos pequenos estabelecimentos na estrutura industrial brasileira tenha sido sempre significativo, bem como também seja relevante a dissolução freqüente de camadas empresariais, o processo de acumulação capitalista no Brasil constituiu um núcleo expressivo de grandes estabelecimentos industriais. A presença “antecipada” da grande empresa dava suporte à emergência da elite industrial, que, através de entidades que organizavam o conjunto dos industriais, **falava em nome da indústria**, na medida em que não estavam cristalizados ainda - como estarão a **partir** dos anos 50 - os processos de diferenciação vertical e horizontal da indústria e dos industriais (Diniz, Boschi, 1978, p. 23, 53 e seg.).

Com o colapso da economia exportadora, nos anos 30, a burguesia industrial emerge como portadora de um projeto que associava a industrialização à “construção da Nação”. É a imagem do atraso que articula as várias dimensões deste discurso. O atraso faz com que os industriais proponham e aceitem a presença do Estado e do capital estrangeiro na aceleração do processo de acumulação industrial, apenas qualificando os limites de um e de outro, seja através da noção de “ação supletiva” do Estado, seja buscando estabelecer normas que regulassem a entrada do investimento estrangeiro que pudesse estabelecer concorrência com os capitais - **de origem brasileira ou não** - já instalados no país (Diniz, 1968, p. 188 e seg.). Da mesma forma, em nome do “atraso”, vetava-se qualquer ação redistributiva por parte do Estado.

Com o Estado Novo, cristalizava-se um modelo de relação entre burguesia e Estado que, promovendo os Conselhos Técnicos como principais mecanismos de intermediação de interesses e como

órgãos de formulação das políticas econômicas governamentais, redefinia, em favor da burguesia industrial, as relações internas ao bloco no poder instituído em 1930.⁴ As forças sociais de destaque no sistema de poder que emerge são os militares, a burocracia estatal e os industriais. De qualquer forma, tal arranjo comportava o risco permanente de que a ação do Estado pudesse ser conduzida por móveis estranhos aos interesses dos industriais. Isto ficou evidenciado na ênfase dada, durante o Estado Novo, à construção das indústrias de base com recursos provenientes na taxação dos “lucros extraordinários”. Os industriais começam a abandonar a parceria com as forças inscritas no aparelho estadonovista, pois, em 1943, e intervêm na transição do regime com a proposição de um ordenamento **democrático autoritário**.

O período seguinte, de 1943 a meados dos anos 50, corresponde à primeira tentativa de vulto dos industriais brasileiros em estabelecer sua hegemonia sobre a sociedade.⁵ Bem entendido, tal tentativa vinha marcada pela natureza retardatária e dependente do capitalismo no país. Assim, não incluía um arranjo pluralista que assegurasse a livre disputa entre os interesses patronais e os dos trabalhadores no âmbito do mercado, mas o seu enquadramento corporativo. Da mesma forma, não acenava para uma política redistributiva por parte do Estado, vetada em função do “atraso do país”. Por outro lado, buscava retirar do Estado o papel de principal articulador do consenso junto aos trabalhadores, via proposta de reforma dos Institutos de Previdência e da constituição do SESI, ao mesmo tempo em que reabilitava o jogo eleitoral e partidário - purgado da presença operária - como um dos mecanismos de intermediação entre burguesia e Estado. Obviamente que o caráter híbrido do arranjo não podia dispensar a preservação daqueles canais, inscritos no próprio aparelho de Estado, que asseguravam um contato direto entre os industriais e os gestores das políticas públicas, quando não eram alardeados como esferas isentas - “técnicas” - da “demagogia dos políticos”.

A crítica à “demagogia dos políticos”, aliás, vai se constituindo como um dos aspectos centrais do discurso empresarial, em sua

4 A presença da burguesia industrial no sistema de poder que se inaugura a partir de 1930 é destacada inclusive por Boris Fausto, que promoveu a principal revisão a respeito do papel dos industriais no movimento de 1930 (Fausto, 1976).

5 A discussão sobre a relação do empresariado com a crise do Estado Novo e o projeto da **democracia autoritária**, com o qual designamos as formulações políticas dos empresários, expressas em documentos como a “Carta de Teresópolis” e a “Carta da Paz Social”, é desenvolvida mais detalhadamente em nosso trabalho, juntamente com o delineamento do comportamento político dos industriais após 1945 (Delgado, 1989, p. 186-210, 323-365).

“desilusão” com o **rebento populista** da democracia autoritária, diante do fracasso da tentativa de constranger a ação dos partidos segundo os mecanismos do poder indireto. Em que pese a importância já obtida pela produção industrial, ela não era suficiente para impedir o controle dos partidos políticos pelo poder oligárquico ou o desenvolvimento da “política populista” no âmbito do sistema político formal (Executivo e Legislativo). Conforme Vanderley Guilherme dos Santos, na medida em que o problema da participação política no Brasil se resolvia no interior do aparelho burocrático do Estado, mediante a utilização da política social como “mediação e amortecedor” do conflito entre empresários e trabalhadores, verificava-se um divórcio entre o processo político-partidário e a dinâmica deste conflito. A política social populista, originava-se nas estruturas do sistema político formal, enquanto que “seus custos materiais e políticos ficavam encapsulados pelo segmento burocrático do Estado”, que respondia pela “arbitragem e administração” do conflito entre trabalhadores e empresários (Santos, 1993). Por seu turno, as condições que proporcionavam a emergência do populismo submetiam a dominação burguesa a um quadro permanente de tensão. O populismo, como modalidade específica de relação das lideranças políticas com as camadas populares, quanto à sua “base social”, se assenta em dois elementos centrais. De um lado o controle corporativo e a interdição política do movimento operário; de outro, a presença de vastas parcelas da população urbana ocupando uma gama heterogênea de pequenos serviços - por força do atraso relativo destes em relação à expansão industrial no país - e que não dispõem de requisitos, na estrutura ocupacional, para efetuar seu processo de auto-reconhecimento enquanto força social autônoma. Estes dois elementos tendem a reforçar a identificação simbólica das camadas populares urbanas com o Estado, que aparece como a principal agência de organização do consenso junto aos de baixo. Os aparelhos criados pela burguesia brasileira, como o SESI, não atingiam o segundo segmento apontado, e a recusa em admitir qualquer política redistributiva mitigava o seu impacto junto aos trabalhadores ocupados no mercado formal. Assim, a simples presença, no **topo** do aparelho de Estado, de lideranças populistas, operava como sinal de alerta para os empresários, como se verificou em 1954 com Vargas, a propósito da questão do salário mínimo, e no governo Goulart.⁶ Nesta medida, em

6 A referência obrigatória sobre o populismo continua a ser Weffort (1978). Sobre o atraso relativo do setor de serviços na estrutura urbana do país ver Oliveira (1981). Sobre o empresariado diante de Vargas conferir Boito Jr.(1982) e Delgado (1989, p. 92-115 e 345-365). A articulação empresarial no golpe de 1964 foi elucidada por Dreifuss (1981).

1964 os industriais brasileiros promovem seu “eterno retorno” aos formatos autoritários.

Em Minas Gerais, a elite industrial, particularmente o segmento constituído com a expansão da siderurgia a partir dos anos 20, compartilhou de todas as percepções de sua congênere nacional a propósito do papel do Estado e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do país. Da mesma forma, participou da elaboração de suas principais formulações a respeito do ordenamento político adequado para garantir a “construção da nação”, via consolidação da indústria. Américo René Gianetti e Euvaldo Lodi não só eram lideranças industriais do estado, reconhecidas nacionalmente, como participavam com destaque dos principais organismos e fóruns com os quais “a indústria” uniformizava seu discurso e buscava indicar os rumos pretendidos pelo setor para o desenvolvimento do país. Além disto, a elite industrial mineira buscou articular a ação da classe para influir junto ao Governo do estado no sentido de orientá-lo no rumo da industrialização, nos termos de um projeto compartilhado pela Associação Comercial de Minas Gerais (ACMG), e pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) desde os anos 30 - qual seja a constituição da região central de Minas, através da siderurgia, como pólo irradiador do desenvolvimento mineiro.

Examinaremos, a seguir, alguns aspectos significativos na constituição desta elite industrial e sua organização.

3 O CASO DE MINAS GERAIS

3.1 Indústria e elite industrial em Minas Gerais

Minas apresenta-se como um exemplo típico do alfa e do ômega do processo de industrialização brasileira. No ponto de partida a economia mineira marcava-se pela dispersão das atividades produtivas e pela descentralização. No ponto de chegada, “Minas se converteu numa caricatura do capitalismo brasileiro atual: moderno, selvagem, público e estrangeiro” (Diniz, 1981, p. 21). Importa compreender alguns percalços do caminho que leva de um ponto ao outro.

Segundo John Wirth, Minas constituiu-se fundamentalmente como unidade política e não econômica. Suas diversas regiões estabeleceram-se como áreas econômicas isoladas, vinculadas a mercados de outros estados e sem um pólo econômico que as articulasse. Tal realidade não se alterou com a fundação de Belo Horizonte que,

até os anos 20, sequer interferiu no ritmo de crescimento da população da região central do estado, a menor de Minas entre 1900 e 1920. (Wirth, 1982, p. 41 e seg.). Da mesma forma, a expansão industrial do início do século na Zona da Mata, vinculada à dinâmica da economia cafeeira, não produziu os efeitos dinâmicos que ocorreram em São Paulo, de modo a integrar as diversas regiões do estado de Minas. Finalmente, o sistema de transportes, no que toca à construção de ferrovias, até 1930, mais reforçou do que atenuou o isolamento das diversas regiões do “mosaico mineiro”, enquanto que as iniciativas no sentido da implantação de uma rede rodoviária no estado, vigorosas até 1930, esmaeceram-se diante da crise fiscal vivida pelo governo mineiro em virtude do declínio das receitas geradas pela exportação de café (Wirth, 1982, p. 41, e seg.; Giroletti, 1980; Lima, 1981; Paula, 1976).⁷

Assim, a indústria mineira emergiu de forma marcadamente descentralizada, num espaço econômico desarticulado, em que eram baixos os índices de urbanização. Em 1923, quanto ao valor da produção industrial, a Zona da Mata participava com 27,9%, a Zona Siderúrgica com 17,6% e o Sul com 15,9% (Lima, 1981, p. 95). Além disto, na indústria mineira prevaleciam os pequenos e médios estabelecimentos, fundamentalmente por conta do peso da indústria de alimentos na estrutura industrial do estado (Diniz, 1981, p. 25 e seg.).

É o desenvolvimento da indústria siderúrgica que vai conduzir progressivamente a região central do estado à condição de área tendencialmente concentradora da atividade industrial, dando suporte ao projeto de constituição de um pólo que articulasse as diversas regiões de Minas Gerais. Em 1919, a indústria metalúrgica e de máquinas correspondia somente a 3,6% do capital aplicado na indústria, 2,2% do valor da produção industrial, ocupando 4,6% dos operários (Diniz, 1981, p. 29).⁸ Em 1940, somente a indústria metalúrgica respondia por 25,9% do capital aplicado, 20,1% do valor da produção e 21,2% da ocupação, com apenas 1,9% do número de

7 Estudos recentes têm revelado que, apesar da presença da parceria, a cafeicultura da Zona da Mata, após a Abolição, foi muito mais monetizada do que as visões clássicas sugeriam (Pires, 1993). Já Arantes destaca como a influência do “complexo cafeeiro” na industrialização da Mata foi apenas indireta, enfatizando o papel desempenhado pela “ética do trabalho capitalista”, protestante e/ou laica, na conformação dos grupos pioneiros da indústria de Juiz de Fora, que não seriam egressos da cafeicultura (Arantes, 1991). Para todos os efeitos, entretanto, é válido afirmar que a economia da Mata, não promove os efeitos de articulação que pudesse levar à integração das diversas sub-regiões de Minas.

8 Todos os dados referentes a 1920 foram colhidos nesta obra.

estabelecimentos (Tabela 1). Enquanto isto, a indústria têxtil, que em 1920 respondia por 43,4% do capital aplicado, 29,7% do valor da produção, ocupando 51% da força de trabalho da indústria mineira, em 1940 registrava um declínio acentuado de sua participação relativa, respondendo por 15,3% do capital aplicado, 14,4% do valor da produção, ocupando 22,3% da força de trabalho (Tabela 1). Da mesma forma, a indústria de alimentos, embora mantivesse sua primazia no que se refere ao valor da produção industrial do estado, também revelava acentuado declínio relativo: em 1920 respondia por 35,4% do capital aplicado, 51,6% do valor da produção industrial e 21,3% da ocupação. Em 1940 estes índices são, respectivamente, 18,6, 34,1 e 14,5% (Tabela 1).

Tabela 1

Minas Gerais, 1940:

Características gerais da participação de alguns ramos na estrutura industrial

	Estabelecimentos	%	Operários	%	Salários %	Produção %	Capital aplicado %
Ext. mineral	267	4,3	7258	9,8	7,3	4,0	7,1
Metalúrgica	122	1,9	15717	21,2	33,2	20,1	25,9
Têxtil	123	2,0	16588	22,3	17,4	14,4	15,3
Alimentos	2645	42,5	10741	14,5	11,2	34,1	18,6
Outras	3067	49,3	23963	32,2	30,9	27,4	33,1
Totais	6224	100,0	74267	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Série Regional, Minas Gerais, Tomo 3. Censos Econômicos - Agrícola, Industrial e Comercial dos Serviços.

O crescimento da indústria siderúrgica entre os anos 20 e 40 é ainda mais significativo se considerarmos que, apesar do declínio relativo da produção têxtil e de alimentos, Minas Gerais registrou uma ligeira elevação do peso relativo de sua indústria diante da de São Paulo. Em 1920, o valor da produção industrial mineira correspondia a 19% da produção de São Paulo, alcançando, em 1940, a cifra de 22% (Wirth, 1977, p. 81).

Além disto, em que pese o predomínio dos pequenos estabelecimentos no conjunto da indústria mineira, a importância das

grandes unidades é significativa nos ramos metalúrgico e têxtil.⁹ Nas indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de transportes, 3,6% dos estabelecimentos, com mais de 250 operários, respondiam, em 1950, por 70,4% da ocupação no grupo e por 77% do valor da produção, enquanto que na indústria têxtil, 32,6% dos estabelecimentos com mais de 250 operários, respondiam por 82,1% da ocupação e 69,9% do valor da produção no ramo. Situação inversa verifica-se na indústria de alimentos, na qual 0,06% dos estabelecimentos, com mais de 250 operários, respondiam por 4,7% da ocupação no ramo e 1,7% do valor da produção (Tabela 2).¹⁰ Desta forma, é ainda em virtude do peso da indústria de alimentos na estrutura industrial mineira, que esta vai apresentar-se como fundamentalmente marcada, em 1950, pelo predomínio dos pequenos estabelecimentos.

Tabela 2

Minas Gerais, 1950:
Participação dos grandes estabelecimentos (mais de 250 operários)
na produção industrial mineira - total e por ramos

Classe	Estabelecimentos	%	Operários	%	Produção %
Metalúrgica, mecânica, transportes, material elétrico	10	3,6	11551	70,4	77,1
Têxtil	45	32,6	23139	82,1	69,9
Alimentos	4	0,06	814	4,7	1,7
Outras	22	0,1	10918	20,5	18,2
Totais	81	0,7	46422	41,6	25,1

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Estado de Minas Gerais, Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, Parte XXI, Tomo 3.

9 Em nosso estudo, já indicado, desenvolvemos a noção de grande estabelecimento, confrontando critérios como os de capital aplicado e força motriz, com resultados próximos dos obtidos quando se considera apenas a ocupação. A noção de grande empresa, por outro lado, é complexa, se levarmos em conta as características de cada ramo e as condições históricas. Optamos pela definição de grande estabelecimento no conjunto da produção industrial, porque, de toda forma, esta permite verificar, comparativamente, a dimensão dos principais investimentos e sua posição relativa. Para mais detalhes, inclusive o contraste entre Minas e São Paulo ver Delgado (1989, p. 216-226).

10 É de se supor que em meados da década de 40 o peso dos grandes estabelecimentos fosse, inclusive, maior. A ELQUISA S.A., de Gianetti, segundo Campolina Diniz, líder do “maior e mais promissor grupo burguês industrial de Minas Gerais”, foi inaugurada com a ocupação de 1.000 operários, formidável para a época, mas sucumbiu diante das dificuldades de crédito (Diniz, 1981, p. 60; APM - Estado de Minas de 01/04/1945; ACMG - Mensagem Econômica, n.º. 21, setembro de 1954).

Não existem estudos que indiquem, para os anos 40 e 50, o peso relativo das empresas de capital nacional e estrangeiro na estrutura industrial mineira. O capital estrangeiro sempre foi expressivo no fornecimento de eletricidade, gás e água, bem como no caso da indústria siderúrgica e extrativa mineral. Esta última, entretanto, respondendo em 1940 por 7,1% do capital aplicado na indústria, 4% do valor da produção e 9,8% da ocupação, tem peso bem menos acentuado que os ramos metalúrgico, de alimentos e têxtil (Tabela 1). Porém na indústria siderúrgica, se observarmos os dados do censo de 1940, referentes ao capital realizado pelas empresas, segundo a nacionalidade dos proprietários e/ou sócios, verifica-se que a presença de brasileiros envolvidos no ramo é expressiva, ainda que tal indicador seja, por certo, limitado, exigindo investigações mais profundas.

Tabela 3

Minas Gerais, 1940:
Capital realizado segundo gêneros das indústrias
e nacionalidade dos proprietários e/ou sócios

Classe	Estabelecimentos	Capital realizado por	
		brasileiros (%)	estrangeiros (%)
Extração mineral	171	86,1	13,9
Metalúrgica	118	96,9	3,1
Têxteis	115	96,2	3,8
Alimentos	2193	84,3	15,7
Eletricidade, gás, água	358	62,6	37,4
Outras	2060	87,6	12,4
Totais	5015	84,7	15,3

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Série Regional, Minas Gerais, Tomo 3.

De toda forma, pode-se afirmar que a expansão da indústria siderúrgica, de 1920 a 1940, proporcionou a emergência de um novo segmento na elite industrial mineira. Respondendo pelos estabelecimentos de maior porte e adotando formas mais complexas de organização empresarial, este segmento, ao contrário dos industriais vinculados à produção têxtil e de alimentos, vai constituir-se fundamentalmente no Centro do estado. É a partir de sua liderança que esta região assume a condição de principal área de concentração industrial

de Minas Gerais, dando um fundamento material à perspectiva de estabelecê-la como um pólo que articulasse as diversas regiões do estado. A indústria siderúrgica, embora respondendo por 21% da ocupação no setor industrial do estado, em 1940, era responsável por 33% da massa de salários pagos no setor (Tabela 1). Por seu turno, se, como vimos, em 1923 a Zona Metalúrgica participava com 17,6% do valor da produção industrial de Minas, em 1940 somente 11 cidades da região metropolitana de Belo Horizonte (Belo Horizonte, Betim, Lagoa Santa, Caeté, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Sabará, Santa Luzia, Mateus Leme, Brumadinho, Santa Bárbara) respondiam por 28,1% do valor da produção industrial, por 30,8% do capital aplicado e por 37,9% do pessoal ocupado na indústria, com apenas 9,8% dos estabelecimentos (Tabela 4). Já em 1949 a Zona Metalúrgica e Vertentes respondiam por 47,7% do pessoal ocupado na indústria, contra 21,9% da Zona da Mata e 14,5% do Sul. Respectivamente, as três regiões respondiam por 57,1, 20 e 10,5% da massa de salários pagos no setor industrial, em 1949. Simultaneamente, tendia a concentrar-se a renda do setor de comércio e serviços privados. Só o anel maior de Belo Horizonte respondia por 36% das receitas geradas no comércio do estado, compreendendo 46,8% dos salários. O mesmo diapasão se verifica no subsetor de serviços privados. No anel maior de Belo Horizonte, em 1949, concentravam-se 46,5% das receitas nele geradas (Minas Gerais, 1983, p. 162, 164).¹¹

Tabela 4

Minas Gerais, 1940:
Participação de algumas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte
na produção industrial
(produção e capital aplicado em Cr\$ 1.000)

	Minas Gerais	Cidades consideradas	%
Estabelecimentos	6224	609	9,8
Capital aplicado	1199633	369290	30,8
Operários	74267	28172	37,9
Produção	1177545	331019	28,1

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Série Regional, Minas Gerais, Tomo 3.

¹¹ Wirth lembra ainda que, entre 1920 e 1940, período de instalação da indústria siderúrgica no Centro do estado, a população de Belo Horizonte quadruplicou (Wirth, 1982, p. 61).

A percepção de que o perfil da indústria mineira nos anos 50 seria marcado por sua concentração regional e setorial (na siderurgia), sob domínio do capital estrangeiro e do Estado (notadamente com a criação da Mannesman e da Usiminas) não pode obscurecer, pois, o papel desempenhado pela elite industrial, constituída principalmente a partir da expansão da siderurgia mineira, entre 1920 e 1940.¹² Na década de 40, mais dois empreendimentos, a Acesita e a Elquisa - ambos privados e majoritariamente nacionais - tenderiam a consolidar este papel. Dificuldades de crédito e, no caso da Elquisa, também a brusca redução das expectativas de expansão no mercado de alumínio, em virtude do fim da Segunda Guerra, conduziram tais empreendimentos ao controle do Estado e do capital estrangeiro. O ritmo de expansão da indústria metalúrgica se reduzia, com reflexos em sua participação relativa na estrutura industrial de Minas em 1950 (Tabela 5). Como veremos, tal redução vai manifestar-se na própria organização dos industriais mineiros durante os anos 50. Não obstante, ao longo dos anos 30 e 40, os empresários mineiros, sob a liderança dos industriais vinculados ao que era chamado ramo “minério-metalúrgico”, já tinham avançado consideravelmente na definição de um projeto industrial para o estado e na articulação da burguesia industrial mineira como fração diferenciada da elite regional, através da constituição da FIEMG em 1933.

Tabela 5

Minas Gerais, 1950:
Características gerais da participação de alguns ramos na estrutura industrial

Classe	Estabelecimentos	%	Operários	%	Salários %	Produção %	Capital aplicado %
Extração mineral	226	1,9	8495	7,6	8,2	2,8	6,7
Metalúrgica	186	1,6	14823	13,3	20,4	11,7	23,6
Têxtil	138	1,2	28188	25,3	20,6	14,4	12,6
Alimentos	5672	47,4	15185	13,6	11,5	45,4	19,9
Outras	5728	47,9	44822	40,2	39,3	25,7	37,2
Totais	11950	100,0	111513	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Estado de Minas Gerais, Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, Parte XXI, Tomo 3.

12 Mesmo porque as mudanças ocorridas nos anos 50 não chegaram a alterar substancialmente a participação relativa da indústria na economia mineira. Em 1950 ela respondia por 25,7% do PIB estadual e em 1960 por 29,9% (Minas Gerais, p. 4-5).

No discurso desta elite industrial o desenvolvimento do estado deveria basear-se na consolidação do ramo “minério-metalúrgico”, radicado no centro do estado, como pólo irradiador de outras atividades econômicas. Nos anos 30, tal projeto transparece na luta pela defesa da grande siderurgia para Minas Gerais. Nos anos 40, ganham destaque as demandas pela superação dos pontos de estrangulamento para a expansão da indústria mineira, identificados na debilidade da estrutura de transportes e da oferta de energia elétrica, além das pressões para revisão do sistema de fretes na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e na política de crédito contracionista de Dutra. Nos anos 50, retorna com novo fôlego a luta pela “Volta Redonda dos Mineiros”, motivo de intensa campanha da FIEMG, que acabou por resultar na criação da Usiminas.¹³

Neste processo, ao contrário dos empresários dos ramos de alimentos e têxtil (especialmente os da Zona da Mata) que, pela característica descentralizada da industrialização do estado tendiam a ficar confinados em suas regiões - os industriais de Juiz de Fora, por exemplo, só ingressaram na FIEMG em 1954 -, os empresários do ramo “minério-metalúrgico” buscavam **falar por Minas**, associando o desenvolvimento do estado à sua industrialização baseada na siderurgia, único caminho para, segundo Américo René Gianetti, impedir a “evolução do ouro” e conquistar a “Independência Econômica de Minas” (Gomes, 1983, p. 218).

3.2 Breve balanço da ação de classe dos industriais mineiros até 1945

A constituição da FIEMG, em 1933, representa um momento decisivo na diferenciação dos industriais mineiros. Até então o Centro Industrial de Juiz de Fora aparecia como o principal organismo de articulação de interesses dos industriais, mas, evidentemente, dispunha de caráter apenas regional. Assim, a principal entidade a agrupar o empresariado do Estado era a Associação Comercial de Minas Gerais (ACMG), de feição eclética. É, pois, neste quadro de relativa indiferenciação que se desenvolvem as campanhas e as tentativas de organização das “classes produtoras” de Minas Gerais na

¹³ Sobre a política econômica de Dutra, conferir Vianna (1992). O desenvolvimento detalhado do processo de elaboração do discurso e da ação de classe dos industriais mineiros nos anos 40 e 50, bem como os mecanismos de pressão e influência sobre os governos estaduais de Milton Campos e Juscelino Kubitschek, encontram-se em Delgado (1989, p. 271-394).

década de 1920. Neste período, a modo do que ocorria no resto do país, as campanhas contra os impostos interestaduais, contra a instituição do imposto de renda, pela elevação dos direitos alfandegários cobrados aos produtos importados, centralizavam a atenção dos empresários do estado, que ainda se envolveram em questões particulares a Minas Gerais, tais como a defesa de um programa rodoviário e o combate às deficiências e tarifas da EFCB. Além destas, a “questão operária” mobilizou os empresários mineiros que, no geral, atuavam em perfeita consonância com seus parceiros nacionais. Minas Gerais dispunha de assento no Conselho Nacional do Trabalho e, tal como o empresariado paulista, reagiu às pressões operárias na República Velha, combinando o apelo à repressão com a adoção de um certo paternalismo patronal. Há notícias de algumas empresas que buscaram construir áreas de lazer para operários, instituir escolas e vilas, ao mesmo tempo em que recusavam qualquer dispositivo legal que regulasse as relações de trabalho (Vieira, 1984).

Os congressos das “classes produtoras” vão aparecer como os principais mecanismos de pressão dos empresários. O de 1928, em Belo Horizonte, promovido pela ACMG e pelo Centro Industrial de Juiz de Fora, teve como motivação, segundo seus organizadores, buscar superar a dispersão das “classes produtoras” e seu temário incluía como ponto de pauta a questão da representação política daquelas, além de debater assuntos ligados à questão tributária, ao crédito agrícola, ao problema de transportes no estado, ao ensino profissionalizante etc. (Vieira, 1984, p. 33 e seg.).

No pós-30, a fundação da FIEMG inaugura, como vimos, o processo de diferenciação do empresariado industrial mineiro no âmbito estadual. É interessante observar que, enquanto a ACMG e o Centro Industrial de Juiz de Fora reagem à legislação corporativa, os fundadores da FIEMG viam nela a oportunidade para assegurar a hegemonia do empresariado do centro do estado no processo de organização da classe (Vieira, 1984, p. 103-161). Em correspondência enviada a Euvaldo Lodi, em 25 de fevereiro de 1933, José Carlos de Moraes Sarmiento, presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, observava que:

“seria mais rasoável (sic), mais útil aos interesses das classes conservadoras o aproveitamento dos órgãos já em funcionamento [...] congregando recursos e esforços aproveitando o arcabouço já existente (Centro Industrial de Juiz de Fora).¹⁴

14 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Carta de J. C. Moraes Sarmiento, segundo cópia enviada por Lodi a Gianetti.

Em 27 de fevereiro, Euvaldo Lodi escrevia a Américo René Gianetti comentando a carta de Moraes Sarmiento e observando que:

*Temos muitos argumentos para convencer ao Centro de Juiz de Fora, ou melhor, ao José Carlos, que é quem manda lá. Bastará invocar a lei de sindicalização, que determina as capitais dos estados para sedes das respectivas Federações Industriais.*¹⁵

A carta ainda sugere que se convide Moraes Sarmiento para ser “*Presidente da nossa Federação, talvez (sic) venha a ser a chave do problema*”. Desta forma, a FIEMG se constituía como o *locus* por excelência da arrematamento dos industriais, sob a liderança do empresariado ligado à siderurgia. Apesar de José Carlos Sarmiento ter sido indicado como o primeiro presidente da FIEMG, em sua diretoria pontificavam os nomes de João Pinheiro Filho e José da Silva Brandão, ligados à indústria siderúrgica. Além disto, Lodi e Gianetti - o primeiro, junto com Roberto Simonsen, principal articulador da constituição CNI -, já apareciam como as mais destacadas lideranças industriais do estado. Por seu turno, os estatutos da FIEMG, em 1935, assinalavam como objetivo da entidade “tornar conhecidas as matérias-primas nacionais, fomentando o seu aproveitamento industrial”, num momento em que começava a ganhar corpo o debate sobre a siderurgia no país e a questão de sua instalação próxima, ou não, das fontes de matéria-prima.¹⁶

Com a fundação da FIEMG, pois, os industriais, sob a hegemonia dos empresários ligados ao ramo metalúrgico, passam a participar como força social, dotada de recursos organizacionais próprios, nos debates que se observam acerca do rumo a ser tomado pela economia nacional e mineira. No estado, o projeto destilado do discurso das lideranças industriais associava sua civilização ao desenvolvi-

15 Idem, Carta de Euvaldo Lodi a A. R. Gianetti.

16 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG. “Estatutos das Federação das Indústrias de Minas Gerais”, de 1935. A FIEMG, fundada em 12 de fevereiro de 1933, recebeu inicialmente a denominação de FIMG, tal como se observa no título do Estatuto acima. Em 1943, pede retificação de seu registro, para adaptar-se aos decretos 1.402 de 1937 e 2.393 de 1940, recebendo a denominação de Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG. Cópia do Processo 121352 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a partir do Diário Oficial de 1º de julho de 1943 e transcrição do despacho do Ministério do Trabalho e Indústria e Comércio, sobre o Processo 121352, p. 81.

mento da indústria, “riqueza imensa inexplorada”. Diz Gianetti na inauguração da FIEMG:

“São essas matérias-primas e possibilidades da ordem de grandeza e de importância daquelas que têm feito de alguns povos da Europa e da América vanguardeiros das civilizações e do progresso. A nós cabe a tarefa de aproveitá-las e vencer as resistências passivas deste meio, a fim de aproximar este dia venturoso que encherá de alegria e felicidade o povo que habita esta parte do continente” (Vieira, 1984, p. 83).

No congresso das “classes produtoras”, realizado em 1935, o projeto da burguesia industrial chega a detalhar-se, e revela a identidade entre a fração mineira e o empresariado nacional, além de agrupar em torno de si o conjunto das “classes produtoras”. Nas resoluções do congresso, enfatiza-se o papel da siderurgia no desenvolvimento estadual, delimitam-se as funções do Estado - admitindo-se a intervenção -, postula-se a concentração industrial, demanda-se a extensão do ensino profissionalizante e, finalmente, reivindica-se a instituição de conselhos técnicos no estado (Vieira, 1984, p. 51 e seg.).

Associados à estrutura sindical corporativa, os “conselhos técnicos” eram vislumbrados pelos empresários como principais canais de intermediação de interesses, especialmente após 1935. Dentre os que foram reivindicados no congresso das “classes produtoras” em 1935 - Conselho de Fiscalização dos Governos Municipais, Conselhos Consultivos das Secretarias de Estado e Conselho dos Contribuintes do Estado -, o último é transformado em lei em 1936, embora só seja efetivamente criado dez anos depois. No entanto, dado o processo de centralização política e ao papel desempenhado pelos conselhos técnicos no Governo Vargas, abre-se um canal direto entre a burguesia mineira e o centros federais de decisão. Euvaldo Lodi participava do Conselho Superior de Tarifas, responsável pela crucial questão dos fretes e, em 1939, constituiu-se uma seção estadual do Conselho Técnico de Economia e Finanças (Vieira, 1984, p. 144 e seg.).

Os industriais mineiros, tal como seus parceiros nacionais, absorveram o modelo corporativo e, após 1935, apoiaram crescentemente o processo de centralização política no país. Não obstante, sua relação com Vargas e com seu interventor, Benedito Valadares, foi marcada por um conflito fundamental, ligado à perda do projeto siderúrgico no qual se empenharam todas as entidades de classe em

Minas Gerais, ao final dos anos 30.¹⁷ Por seu turno, Benedito Valadares “não recrutava líderes da elite econômica do estado para cargos políticos de projeção”, em que pese a presença de Israel Pinheiro da Silva na Secretaria da Agricultura, e teve participação tímida na disputa do projeto siderúrgico, mesmo assim “já fora de tempo” (Wirth, 1982, p. 221; Gomes, 1983, p. 243). Valadares não apoiara o projeto da Sociedade Mineira dos Engenheiros, que, em dezembro de 1938, propunha a instalação de uma grande usina a carvão vegetal no vale do Rio Doce - conforme já se aventava desde o governo de Arthur Bernardes e fora proposto também por Gianetti - e, somente quando já estava decidida a localização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, envia memorial a Vargas propondo sua localização em Lafaiete (Gomes, 1983, p. 163-168, 217-223, 252).

A perda do projeto siderúrgico levou as entidades mineiras a centrarem suas atenções nos problemas relativos à oferta de energia elétrica e aos transportes, bem como sobre os que diziam respeito à concentração regional das indústrias. Como vimos, esta já havia sido proposta no Congresso de 1935. Em 1936, a ACMG participou da comissão de estudos a respeito do assunto, constituída pelo governo mineiro. Em 1941, pelo Decreto 770, criou-se, finalmente, a Cidade Industrial de Contagem (Vieira, 1984, p. 150). Presente no discurso empresarial desde os anos 30, a campanha pela instalação da “grande siderurgia” em Minas será retomada com ímpeto nos anos 50. Até lá, os empresários mineiros se envolveram na tentativa de definir o projeto de ordem política que compreendiam como adequado para o exercício de sua dominação, especialmente a partir de 1945, enquanto que, com a queda do Estado Novo, se organizavam para condicionar a ação do governo mineiro no sentido da resolução dos problemas de energia, transportes e relativos ao “fomento da produção”.

3.3 ACMG e FIEMG: articulação e dissonância

Uma das retificações mais importantes efetuada pelo empresariado ao ordenamento corporativo, no início dos anos 30, foi a preservação da possibilidade de se organizarem federações regionais, agrupando o conjunto da indústria e não os ramos industriais. Desta maneira, dada a pequena diferenciação horizontal e vertical do setor e em face da dispersão característica dos pequenos estabelecimentos,

17 Sobre as relações das entidades empresariais com o processo de centralização política e o golpe de 1937, ver Vieira (1984, p. 40, 154).

a grande indústria podia arrogar-se à condição de porta-voz da indústria diante de seus interlocutores, seja no governo, seja dos demais setores econômicos (Gomes, 1979, p. 248 e seg.).¹⁸ Entretanto, à medida em que se consolidam os diversos ramos industriais e/ou os sindicatos representativos dos ramos nos quais predominam os pequenos estabelecimentos, estes passam a ter possibilidade de existência continuada - especialmente após a decretação do imposto sindical -, e abrem-se chances para que ramos de pouco peso econômico venham a ter prevalência na direção das entidades empresariais, organizadas sob o signo da ordem corporativa. Isto porque, na estrutura destas, o voto para eleição das diretorias é unitário, fazendo com que, por exemplo, um sindicato de “mármore e granito” tenha o mesmo peso nos processos de decisão internos às entidades que os sindicatos representativos da indústria têxtil ou do ferro. Tal é a base do **peleguismo dourado** e a razão pela qual, após um período inicial em que as entidades empresariais são organizadas por representantes da grande indústria, o ordenamento corporativo tenda a conviver com associações patronais independentes, organizadas por ramo ou outros critérios, de modo a escapar das restrições presentes na forma corporativa. Desde o início, entretanto, ainda que aceitando o formato corporativo, os empresários buscaram driblar suas limitações, seja mantendo as Associações Comerciais, seja, eventualmente, reativando os Centros Industriais, que coexistiam com as Federações Industriais, tal como se verificou em Minas Gerais em 1949, quando se cria o Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais (CIEMG).¹⁹

A organização dos empresários é, pois, complexa e variável. Em suas fases iniciais, os ramos mais dinâmicos é que estimularam o processo de organização sindical, como forma de dar suporte à sua hegemonia no setor e a um discurso, através do qual, indicavam a industrialização como a alternativa por excelência para o desenvolvimento do país.

Assim é com a FIEMG. Criada especialmente através das iniciativas de empresários ligados ao ramo metalúrgico, em 1933, ela é reconhecida pelo Ministério do Trabalho, em 1935, e recebe, em

18 Em 1942, Gianetti justificava a preservação de uma federação regional em Minas Gerais porque “é praticamente impossível a manutenção da Federação por grupos, neste estado, dadas as peculiaridades de nossa indústria”, defendendo uma “entidade eclética, coordenadora dos sindicatos que se constituírem para representação de todas as categorias econômicas da indústria no Estado de Minas Gerais”, conforme apoio à sua proposição, efetuada por João Carneiro de Rezende. FIEMG/08/06/1942.

19 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Ata de Fundação do CIEMG, de 22/05/1949.

1943, sua Carta Sindical. Na Diretoria e Conselho de Representantes eleitos em 1944, é notável a prevalência dos empresários ligados ao grupo “minério-metalúrgico”. Observa-se, inclusive, a preocupação dos empresários deste grupo, ou então diretamente ligados a Gianetti, em distribuírem-se por sindicatos pequenos, de modo a assegurar o controle da entidade. O próprio Gianetti, que em 1935 representava o “Sindicato dos Industriais do Ferro” junto à FIEMG, em 1944 elege-se presidente da entidade como representante do “Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção”, embora a parcela mais importante de seus negócios se vinculasse à indústria siderúrgica (Metalúrgica Santo Antônio S.A.) e de alumínio (Elquisa S. A., então em instalação).²⁰ O vice-presidente da entidade era Adelmo Lodi, representante da Companhia Ferro Brasileiro S.A. e do Sindicato da Indústria do Ferro. Os outros diretores - Newton Antonio da Silva Pereira, Ignácio Duarte Carneiro, Hugo de Oliveira Jacques, Vitório Marçola Filho, Bento Gonçalves Filho, Aristóteles Alvim, Lauro Vidal e José Alberto Prodocini -, à exceção de Ignácio Duarte Carneiro, ligado ao Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, vinculavam-se a pequenos sindicatos, sendo que Lauro Vidal, representante do Sindicato das Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça e José Alberto Prodocini, do Sindicato da Indústria do Cimento, Cal e Gesso, representavam firmas ligadas ao grupo de Gianetti. O Conselho Fiscal da entidade exibia, ainda, a presença de Christiano França Teixeira Guimarães, do Sindicato da Indústria do Ferro e representante da Belgo-Mineira. Neste momento, não participavam ainda os sindicatos de Juiz de Fora, que só se filiaram à entidade em maio de 1954, por ocasião da campanha contra a decretação do novo salário mínimo por Vargas.²¹

Na presidência, de fato, da FIEMG, desde 1940, Gianetti se licencia em 1947 para assumir a Secretaria de Agricultura. A presidência efetiva passa a Newton Antonio da Silva Pereira do Sindicato da Indústria de Calçados, e, inicialmente, muito ligado a Gianetti.²² Sob sua gestão, em 1948, cria-se o Departamento de Estu-

20 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Pedido de Inscrição do Sindicato dos Industriais do Ferro à FIEMG, 1935.

21 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Relação dos membros da diretoria e Conselho Fiscal da FIEMG, 1944. Sobre a filiação dos sindicatos de Juiz de Fora, conferir PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Relatório de 1954 da FIEMG.

22 Adelmo Lodi licencia-se logo em seguida à sua investidura. Newton Pereira no decorrer de seu mandato “interino” (1947-1952) se indispsôs progressivamente com boa parte da diretoria. Seu sucessor, Hamleto Magnavaca unifica os grupos de Gianetti e Lodi, num primeiro momento. PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Informador Comercial 07/08/52, O Diário, 19/07/1952 e APM, Estado de Minas, 05/09/51.

dos Econômicos da FIEMG, destinado a ter importante papel em meados da década de 50. Em setembro de 1952 elege-se Hamleto Magnavaca, do Sindicato de Serralheria, com Adelmo Lodi como vice. Duas chapas disputam a entidade, sendo que Custódio Soares Filho, do Sindicato da Indústria de Papel e Papelão, em agosto de 1952, denunciava a “força territorial” da chapa vencedora.²³ A liderança dos empresários vinculados ao grupo “minério-metalúrgico” já não é tão evidente, embora, inicialmente, Magnavaca seja ligado a Euvaldo Lodi e a presença de Adelmo Lodi na vice-presidência assegure uma representação importante do grupo.²⁴ Por outro lado, com Justo Pinheiro da Fonseca chefiando o Departamento de Produtividade da entidade, garantia-se que a maior parte das iniciativas deste se vinculassem a interesses do grupo “minério-metalúrgico”.²⁵

Em 1953, a CNI enfrenta intensa crise interna a partir de acusações dirigidas a Euvaldo Lodi a propósito de supostas práticas de corrupção no SESI. Tal crise terá reflexos imediatos na FIEMG. As federações da Bahia, Ceará, Santa Catarina, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás, Paraná, Paraíba, Alagoas e do Rio de Janeiro manifestam apoio a Lodi, enquanto que a FIESP e o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro se colocam contra o industrial mineiro.²⁶ Dentro do Conselho de Representantes da FIEMG formam-se grupos pró e contra Lodi, destacando-se, no primeiro, o representante do Sindicato da Construção Civil, Paulo José de Lima Vieira, Ismael Libânio do Sindicato de Indústrias Farmacêuticas, Vitório Marçola Filho da Indústria de Sabão e Velas, e Hugo Jacques do Sindicato das Indústrias Gráficas. Dentre os segundos, destacam-se Custódio Soares Filho e Justo Pinheiro da Fonseca.²⁷ O episódio acabou por afastar Magnavaca de Lodi e a FIEMG se tornou palco da disputa entre *cliques* com objetivo de controlar a entidade. Neste período, a influência de Gianetti é diminuta, tanto porque estava afastado há bastante tempo da entidade, quanto pela debacle sofrida por seu grupo empresarial, com a transferência da Elquisa para o grupo canadense Alcan. Por outro lado, em boa medida decresce a importância do grupo pioneiro da indústria siderúrgica, acentuando-

23 CR/FIEMG, 04/08/52.

24 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Informador Comercial, 07/08/52.

25 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Relatório de 1953 da FIEMG.

26 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Correspondência de Magnavaca aos presidentes das Federações da Bahia, Santa Catarina, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás, Paraná, Paraíba, Alagoas e Rio de Janeiro, em 04/09/53.

27 CR/FIEMG, 02/08/53, 17/08/52 e 21/09/53.

se o peso do capital estrangeiro e estatal dentro do ramo. Nestas condições, abre-se espaço para que, na sucessão de Magnavaca, a FIEMG seja assumida por uma articulação de pequenos sindicatos, sob liderança de Lídio Lunardi, representante do Sindicato de Mármore e Granito.²⁸ Na Diretoria Executiva não há qualquer representante dos ramos que, em Minas Gerais, concentravam a grande indústria, qual seja a indústria do ferro, fundição ou têxtil. Além de Lunardi, aparecem Antônio Gonçalves de Matos (Laticínios), Magnavaca, Almir Araújo (Indústria Mecânica), Custódio Ferreira (Serraria) e Geraldo Silvério de Oliveira (Bebidas). O mesmo diapasão se verifica entre os suplentes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A FIEMG passa a representar, pois, uma expressão típica do peleguismo dourado (Benevides, 1979).²⁹ Numa entidade empresarial, dirigida por grupos cujos interesses econômicos são de pequena relevância, num quadro em que a existência do imposto sindical desobriga a sua direção de criar junto à classe a “disposição para pagar”, os líderes da entidade são potencialmente mais sensíveis aos pequenos favores e aos acenos do Estado. Grandes grupos econômicos também buscam favores do Estado, mas seu objetivo é, principalmente, garantir condições favoráveis à sua expansão, enquanto que o pelego dourado faz da carreira na vida sindical e das boas relações com os governos constituídos uma finalidade em si mesma, com o fito de galgar posições, para além do desempenho de seus negócios. Deve-se observar, entretanto, que sua existência não torna nula a representatividade das entidades patronais, mesmo porque a fonte primária do poder de classe dos empresários localiza-se na empresa e o *status* de líder empresarial do pelego dourado ficará minado se seu discurso, e sua prática, desviarem-se de forma visível dos pronunciamentos de empresários reconhecidamente tidos como os mais importantes do setor. Desta forma, se observarmos a gestão de Lunardi na FIEMG, veremos que, em boa medida, dá desenvolvimento ao projeto que vinha sendo alardeado pelos industriais mineiros, desde os anos 30. Por outro lado, em sua gestão é que ganham maior significado as ativida-

28 Juscelino Kubitschek participa ativamente no deslocamento de Magnavaca, conforme se depreende da entrevista de Fábio de Araújo Mota na revista *Vida Industrial*, 20(2): 18-21, fev. 1983. Já a imprensa da capital acusava Aluísio Aragão Vilar, consultor jurídico da entidade desde Gianetti, de manobras para garantir o “grupinho dominante”. Aragão Vilar teria, futuramente, importante papel, em Minas, na arregimentação dos empresários para a derrubada de Goulart. APM, Folha de Minas, 24/01/53, 15/02/53, 27/02/53, 05/08/54 e Estado de Minas, 28/02/54; PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, CR/FIEMG, 04/08/54; Starling (1986).

29 Segundo esta autora a expressão “peleguismo dourado” é de Roberto Gusmão.

des de tecnoassessoria desenvolvidas pelos engenheiros e economistas do Departamento de Estudos Econômicos da entidade, que terão um papel decisivo na criação da Usiminas, da qual Lunardi foi o primeiro presidente. Não obstante, a ascensão de Lunardi é acompanhada de uma defecção importante na FIEMG, com a retirada do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, ao final de 1954, e da criação do Centro das Indústrias da Cidade de Contagem (CICI), em 1955, o que revela o avanço no processo de diferenciação interna da burguesia industrial e a busca de formas organizativas alheias ao formato corporativo.³⁰

A FIEMG, no período considerado, evolui, pois, de uma entidade dirigida por uma elite empresarial egressa do ramo metalúrgico para um organismo ocupado essencialmente por pequenos sindicatos, no qual vão pontificar as atividades desenvolvidas por seu Departamento de Estudos Econômicos. Não obstante, ela operou como canal efetivo para a implementação do projeto formulado pela elite empresarial mineira nos anos 30 e 40, projeto este que, em linhas gerais, era compartilhado pela Sociedade Mineira de Engenheiros e Associação Comercial de Minas Gerais.

A articulação, por outro lado, entre esta última entidade e a FIEMG, embora palmilhada de tensões reveladoras de uma disputa surda pela liderança do empresariado no estado, era bastante estreita. Nomes como Lauro Vidal (presidente da ACMG entre 1941 e 1943), Paulo Gontijo (presidente de 1945 a 1946 e de 1953 a 1955), José de Campos Continentino (presidente de 1946 a 1948) e Alberto Brochado (presidente de 1948 a 1952), também ocuparam funções na FIEMG, o primeiro como suplente de diretoria na gestão de Gianetti, o segundo como membro do Conselho de Representantes (pelo Sindicato da Construção Civil), e suplente de diretoria na gestão de Magnavaca, o terceiro como delegado do Sindicato da Indústria Mecânica no Conselho de Representantes da gestão de Magnavaca e suplente do Conselho Fiscal sob Gianetti. Finalmente, Alberto Brochado foi, junto com Continentino, delegado do Sindicato da Indústria Mecânica no Conselho de Representantes da FIEMG de 1952 a 1954. Dos presidentes da ACMG, de 1945 a 1956, somente Renato Falci (presidente de 1952 a 1953) deixou de ocupar qualquer cargo na FIEMG. Por seu turno, Gianetti fora vice-presidente da ACMG e, até 1948, participou como membro de sua diretoria.³¹

30 DE/FIEMG, 22/04/55 e PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, O Diário, 23/04/55.

31 AC - 06/01/55, PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Relação dos membros eleitos/ para a Diretoria e Conselho Fiscal e Relação dos membros do Conselho de Representantes.

Finalmente, a ACMG e a FIEMG participaram juntas na promoção dos encontros das “classes produtoras”, de 1947 e 1951, e constituíram em 1952 e 1954 a “Comissão Executiva das Classes Produtoras”, da qual participavam ainda a Federação do Comércio, a Federação das Associações Rurais e a Sociedade Mineira de Engenheiros.³² Este organismo foi constituído para assegurar uma ação articulada das “classes produtoras” em face da “retração do crédito”, de 1952, e em função da elevação do salário mínimo em 1954. A presença nele da Sociedade Mineira de Engenheiros, em 1954, por outro lado, é bastante reveladora. Embora esta entidade agrupasse o grupo profissional que teria dado suporte à “tecnocracia mineira”, no momento em que esta estaria constituída essencialmente por engenheiros, ela acaba por operar, também, como organismo representativo de um segmento empresarial que conhecia grande impulso sob o governo Juscelino Kubitschek, em função de sua política rodoviária, claramente o ligado às construtoras. De outra forma não se explica sua presença num organismo das “classes produtoras”, constituído especificamente para tratar de questões salariais.

Em que pese a articulação dos dois organismos, através dos quais o empresariado mineiro, especialmente o industrial, veiculava as suas demandas e buscava implementar seu projeto, é possível indicar algumas dissonâncias na atuação das duas entidades, especialmente sob o governo Kubitschek. A ACMG, talvez por não estar enquadrada no formato corporativo, não sofreu soluções de continuidade em relação a seu grupo dirigente histórico. Embora apoiasse a política de “energia e transportes” de Kubitschek, não chegou a sofrer a tutela do governo estadual, tal como ocorreu na FIEMG sob a gestão de Lunardi.³³ Não obstante, as duas entidades atuaram de maneira bastante articulada, seja pela interpenetração de seus quadros dirigentes, seja em face de compartilharem de uma expectativa comum quanto ao desenvolvimento de Minas e à ordem política brasileira no período, seja, ainda, pela criação de canais para uniformização de sua atuação.

tes da Federação das Indústrias de Minas Gerais, 1944; “Informação” de Magnavaca, 14/05/53, sobre os Sindicatos Filiados a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e Respetivos Delegados, bem como Vida Industrial, n.º. 5, maio de 1953.

32 APM, Folha de Minas, 06/08/47 a 17/08/47 e 03/01/51 a 07/01/51; PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, Atas da Comissão Executiva das Classes Produtoras, 09/10/52 e 26/01/54. A FIEMG, ACMG e a Federação do Comércio de Minas Gerais constituíram juntos, ainda, o Instituto Mineiro de Economia, fundado em março de 1947, conforme AC, 20/03/47.

33 Há também tentativas nesta direção, como se observa nas acusações à “oligarquia dominante” a ACMG, feitas pelo Estado de Minas, em 04/01/55/APM.

3.4 Empresários e engenheiros

A noção de “tecnocracia mineira” designa aquela que Aureliano Gama de Andrade e Clélio Campolina Diniz apontam como a principal força social no processo de industrialização mineira. Há, entre os dois autores, percepções diferentes quanto ao momento em que a “tecnocracia mineira” teria se constituído e ocupado o aparelho de estado em Minas Gerais, de modo a conduzir o processo de industrialização. Para o primeiro, foi essencialmente com a constituição da CEMIG, *niche of engineers*, que a tecnocracia passou a ter papel relevante na definição das políticas econômicas desencadeadas pelo governo mineiro. Num segundo momento, com a constituição do BDMG, no início dos anos 60, ascenderia outro grupo tecnocrático, os “economistas”, que teriam se espalhado pela administração estadual, promovendo as modificações que garantiram a criação de um aparato institucional de apoio à industrialização, através do INDI e da reforma da Secretaria de Finanças. Já Clélio Campolina Diniz, data de 1933, com a ascensão de Israel Pinheiro da Silva à Secretaria de Agricultura, o primeiro momento de afirmação da “tecnocracia mineira”. O segundo viria exatamente com a CEMIG e o terceiro com o BDMG, através do qual teriam ascendido os “economistas”. De qualquer forma, entre os dois, a afirmação da tecnocracia está assentada na proeminência da participação do Estado no desenvolvimento industrial mineiro, em face da desarticulação da estrutura econômica, e da debilidade do empresariado do estado (Andrade, 1980, p. 13, 63-65, 73, 81, 99, 263, 298 e seg.; Diniz, 1981, p. 40 e seg., 74, 156 e seg.).

Não se trata de negar o óbvio. A par de não compartilhar qualquer visão “instrumentalista” do Estado, a perspectiva que norteia nosso estudo destaca as particularidades dos processos de formação do Estado Burguês e do capitalismo retardatário no Brasil, para exatamente observar o papel proeminente desempenhado pelo Estado - e pelos segmentos nele incrustados - na condução do desenvolvimento industrial no país, ressaltando, entretanto, a necessidade de se levar em conta a forma, também particular, que assume o nexos entre burguesia e Estado no Brasil. Em Minas Gerais, dada a dispersão da produção industrial e as razões que motivaram seu atraso relativo, o papel do Estado é ainda mais significativo. No entanto, tal papel não era estranho às perspectivas dos empresários mineiros e, em boa medida, foi reivindicado pelas elites e entidades empresariais. O que importa levar em conta, portanto, é a relação da “tecnocracia mineira” com o empresariado do estado e a própria validade da noção de tecnocracia.

A primeira questão desdobra-se em dois aspectos: o caráter “polivalente” das elites mineiras e os canais de intermediação que se estabelecem entre empresários e a administração pública, em geral “invisíveis”, porque não propriamente políticos. Otávio Dulci destacou que a referida “polivalência” das elites mineiras oculta seus vínculos com o empresariado, destacando que personagens como Israel Pinheiro Filho, Américo René Gianetti e Lucas Lopes, centrais no estabelecimento da “tecnocracia mineira”, segundo os propositores desta noção, apresentam trajetórias que revelam processos consistentes de circulação entre a esfera pública e a esfera dos interesses privados (Dulci, 1990, p. 105-112). Noutro lugar, observamos não só que os programas de governo de Milton Campos e Juscelino Kubitschek - ambos centrados na busca de soluções para o problema de transportes e da oferta de energia que estrangulavam a industrialização mineira -, respondiam a demandas das entidades empresariais do estado, como também que estas acompanhavam sua execução, e as diversas ações do governo estadual, através de múltiplos mecanismos. Estes iam desde o contato direto, principalmente com Gianetti na Secretaria da Agricultura de Milton Campos, até os diversos conselhos, como Conselho Rodoviário Estadual, Conselho dos Contribuintes, além de pressões externas como as “Mesas Redondas”, com as quais se buscava envolver os titulares do poder público com as demandas empresariais (Delgado, 1989, p. 365-393).

Já a segunda questão é fundamentalmente teórica. A noção de tecnocracia fundamenta-se no alargamento da importância do contingente científico e técnico dentro das organizações empresariais e do Estado, em face do processo de desenvolvimento tecnológico, das alterações verificadas na estrutura da empresa capitalista, e na sua relação com o ambiente, bem como no papel desempenhado pelo Estado, com o advento do capitalismo monopolista com regulação estatal.³⁴ O empresário individual do modelo schumpeteriano cederá lugar ao *staff* administrativo e técnico das complexas organizações empresariais do capitalismo contemporâneo, enquanto que o planeja-

34 Para uma síntese das origens e das questões atinentes ao conceito de tecnocracia e suas ambigüidades, conferir o verbete “Tecnocracia”, de Domenico Fisichella (Bobio, 1986). O estudo de sua influência na empresa capitalista moderna tem um de seus principais representantes em Galbraith (1982). Já em H. Schelsky encontramos a noção designando os processos de decisão crescentemente técnicos no Estado Moderno, o que implicaria a progressiva eliminação das esferas políticas de decisão, com o assentamento de um “estado técnico” (Popohl, 1975). Ver, ainda, uma síntese das críticas à “ideologia tecnocrática” e a proposição segundo a qual, “a visão tecnocrática do mundo pode ser descrita como a expressão ideológica típica do modo de produção capitalista em sua fase pós-concorrencial” (Martins, 1974).

mento estatal demandaria crescentemente a incorporação, ao aparelho de Estado, de indivíduos com elevado grau de competência especializada. Tais processos concorrem para acentuar o peso e a influência do contingente científico e técnico, que tenderia a dispor, portanto, de um papel cada vez mais significativo nos processos de tomada de decisões, seja no âmbito da empresa, seja no âmbito do Estado.

Ora, a nível descritivo, não há o que obstar ao quadro assinalado acima. Como observa Carlos Estevam Martins, o processo de secularização, que acompanha o desenvolvimento capitalista, conduz a uma “progressiva substituição das atividades e orientações tradicionais por métodos mais dinâmicos e efetivos de elaboração de decisões”, o que releva, nestas, “as considerações de natureza técnico-científica oferecidas pelos tecnólogos”, com cujos serviços as empresas capitalistas e o Estado são capazes de contar.³⁵ O problema aparece quando se toma a gestão crescentemente secularizada, e informada tecnicamente, como gestão tecnocrática. No limite, esta exigiria que o fator de poder de que dispõe o contingente científico e técnico - isto é, o **saber** - fosse capaz de torná-lo uma força social capaz de intervir na arena de interesses em disputa na ordem econômica capitalista, como algo distinto, no que toca aos interesses a realizar através do acesso ao Estado e/ou do controle das empresas. Mais ainda, que residisse no saber a fonte do poder de que dispõem os tecnólogos, quando exercem funções de direção, seja nas empresas, seja no Estado.

O primeiro ponto remete ao problema da unidade do contingente científico e técnico para a definição de um interesse comum e a capacidade de sustentá-lo. Observávamos atrás, no que toca à burguesia, que a natureza anárquica da produção capitalista dificulta a constituição de um **interesse comum substantivo**, do que resulta a autonomia relativa do Estado para filtragem e organização do interesse de classe capitalista. Não obstante, o poder de classe dos capitalistas dispõe de um **fundamento material**, que sustenta não só o poder de veto com o qual a burguesia torna relativa a dimensão autônoma do Estado, como também alicerça um **interesse comum latente** entre os capitalistas - a preservação das condições gerais de existência do modo de produção capitalista - sobre o qual se constitui a sua unidade de classe. Ora, não só o poder que disporia o contingente científico e técnico não se alicerça sobre um fundamento material claramente demarcado, como dificilmente o “saber” é capaz de assegurar sua unidade. E isso não só em função das

35 Martins (1974, p. 21) chama de “tecnólogos” o contingente de pessoas ocupadas em funções científicas e técnicas.

profundas divisões que se configuram entre os próprios técnicos opondo uns aos outros, não só quanto aos conflitos interdisciplinares [como também] em termos de cisões muito mais profundas radicadas nas contradições sócio-econômicas, políticas e ideológicas que prevalecem na sociedade global (Martins, p. 46).

Os interesses do contingente científico e técnico “não passam de interesses de natureza ideal lançados num campo de batalha em que se degladiam interesses de natureza material” e se esfumam quando os tecnólogos se distribuem nos vários **lugares** da produção e do Estado (Martins, p. 45). Aí, desempenham papéis e defendem interesses vinculados ao lugar que passam a ocupar na esfera da produção, ou então como **tecnoburocratas**, isto é, seu poder passa a dispor de um fundamento que é estranho à problemática do saber: radica-se na empresa ou na função burocrática que exercem. Por mais que seja acentuada a importância, portanto, do contingente científico e técnico nos processos de tomada de decisões, sua intervenção não corresponde, entretanto, à de uma força social distinta. Fazem-no, como o *manager* da empresa capitalista, por **delegação funcional** do capital e, no Estado, como tecnoburocratas, ou seja, seu poder não tem origem no saber que dispõem, mas numa delegação.³⁶ Neste último caso, a autonomia relativa dos tecnólogos é a mesma de que dispõe a burocracia estatal. Sua coesão específica é definida pelo lugar que ocupam no aparelho de Estado e não pelo fato de compartilhar um determinado saber. Este, no limite, torna, como assinala Carlos Estevam Martins, o tecnólogo transformado em burocrata, tão-somente um burocrata mais informado e influente, mas não elimina sua condição de partícipe de um poder que recebe por delegação (Martins, 1974, p. 36).

Em Minas Gerais, a formação comum de diversos personagens, que ocuparam cargos na administração estadual, é indicada para assinalar as bases da constituição da “tecnocracia mineira”.³⁷

36 A expressão “delegação funcional do capital” é de Poulantzas. Segundo este autor o *manager*, detentor da “propriedade econômica”, representa o capital, não evidenciando, pois, um estrato contraditório com os detentores da “propriedade jurídica”. Ver Poulantzas, Miliband (1975).

37 Destaca-se o papel desempenhado pela Escola de Minas de Ouro Preto, na formação dos “engenheiros” e a Faculdade de Economia da UFMG na formação dos “economistas”. Sobre a Escola de Minas conferir Carvalho (1978). Sobre a Faculdade de Economia, ver Andrade (1980, p. 78-101). A participação de engenheiros na composição das “elites burocráticas” do Estado brasileiro, de 1909 a 1965, foi examinada por José Luciano de Mattos Dias que, entretanto, não opera com a noção de tecnocracia, destacando sua presença no Estado a partir das alterações verificadas na estrutura deste e em sua relação com a sociedade. Conferir Dias (1994).

Ora, a participação em uma mesma instituição cria, por certo, uma série de laços entre os seus membros e, se o *proactive status* dos indivíduos que dela saem for favorável, haverá reforço dos vínculos de natureza afetiva com a instituição formadora (Goffman, 1973).³⁸ No entanto, tais vínculos não são de natureza estrutural, a modo dos que ocorrem entre religiosos ou militares, entre os quais a permanência em uma instituição escolar é, tão-somente, um momento de passagem para outras esferas de uma instituição global que a integra e, dentro da qual, se organiza por completo a vida dos indivíduos que nela participam.

No caso de uma escola, a formação **comum** não define, de antemão, o **destino social** de seus ex-alunos, que desempenharão papéis diferenciados no mundo da produção e/ou do Estado. A formação **técnica**, mais especificamente, tende a reforçar, nos indivíduos que dela dispõem, determinadas **escolhas** que irão configurar seu destino social. Assim, ela foi decisiva para que os “engenheiros de Ouro Preto” participassem, com peso significativo, na composição dos quadros empresariais e tecnoburocráticos de Minas Gerais. Além disto, a formação comum dos tecnólogos favorece o desenvolvimento de afinidades entre os que ocupam lugares, e exercem papéis, diferenciados, mas convergentes, tal como no caso acima. Não obstante, o peso dos interesses regionais, a ocupação de lugares contraditórios no mundo da produção e do Estado, nos quais passam a defender interesses divergentes, tende a dissipar, entre os tecnólogos, a influência da formação comum.

É o que acontece em Minas em alguns momentos cruciais. Assim, por exemplo, quando das disputas em torno do projeto Itabira Iron, de Percival Farquar. Ex-alunos de Ouro Preto assumem posições de relevo nas facções que se formaram contra e a favor do projeto que deveria conceder a Farquar o direito de exportação de minério de ferro, com o compromisso de assegurar, em vinte anos, a partir de 1920, a instalação de uma siderúrgica que produzisse 150.000 t/ano. Siderurgistas, engenheiros e o governo mineiro, especialmente através de Clodomiro de Oliveira, ex-aluno de Ouro Preto e Secretário da Agricultura de Arthur Bernardes, se posicionaram contra o projeto, temerosos de que perpetuasse a condição exportadora de Minas Gerais, sem que se visse garantido o desenvolvimento siderúrgico do estado. José Pires do Rio, ministro da Viação e Obras Públicas de Epitácio Pessoa,

38 Segundo este autor, o *proactive status* refere-se à possibilidade de alteração na posição social de um indivíduo por força do ingresso ou saída de uma determinada instituição.

no início das discussões do projeto, e, em 1938, Pedro Rache (que mais tarde se associaria a Farquar na instalação da Acesita) posicionaram-se a favor do projeto. Ambos eram ex-alunos de Ouro Preto.³⁹

Nos anos 40, veremos “engenheiros de Ouro Preto” desenvolvendo concepções diversas no que toca às perspectivas para o desenvolvimento industrial mineiro. Com efeito, desde o congresso das “classes produtoras” de 1935, firmara-se, entre os empresários do estado, a noção segundo a qual o desenvolvimento da siderurgia seria o elemento chave para a expansão de outras atividades industriais. Simultaneamente, via-se com reticências a instalação de indústrias, cujas matérias-primas fossem de origem mineral, fora das regiões em que estas estivessem localizadas. Mesmo com a perda do projeto siderúrgico para o Rio de Janeiro, com a instalação da CSN em Volta Redonda, tal perspectiva permaneceu como idéia chave do discurso empresarial. Ela é, por exemplo, reafirmada pela delegação mineira na Conferência de Teresópolis em 1945, e por Gianetti, ex-aluno de Ouro Preto, em seu discurso de posse na Secretaria de Agricultura de Milton Campos.⁴⁰ Segundo Gianetti:

*tendo em vista os recursos naturais do Estado de Minas, notadamente de origem mineral, deve-se preconizar para o desenvolvimento de sua economia uma política que vise ao estabelecimento de indústrias básicas a fim de prepará-lo a uma ampla industrialização.*⁴¹

Em 1946, Amaro Lanari Jr., também ex-aluno de Ouro Preto, e, na ocasião, diretor técnico da Aliperti S. A., siderúrgica paulista, observava que o grande problema da indústria siderúrgica em Minas Gerais era a ausência de indústrias de transformação, que permitissem uma elevação do consumo de siderúrgicos dentro do próprio estado, à época estimado em apenas 20% da produção realizada. Simultaneamente, advogava a criação em Minas de uma “disponibilidade de energia elétrica praticamente ilimitada”, para sustentar o desenvolvimento industrial, e uma revisão dos fretes da Central do Brasil.⁴² Ora, tanto a resolução dos problemas energéticos, como a

39 Sobre o Caso Itabira Iron, ver Diniz (1981); sobre a participação de alunos de Ouro Preto no episódio ver Carvalho (1978, p. 104-117).

40 Sobre a participação dos empresários mineiros na Conferência de Teresópolis ver entrevista de Américo René Gianetti no Estado de Minas e O Diário, ambos de 13/05/45. APM e PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, respectivamente.

41 APM, Folha de Minas, 21/03/47.

42 Sobre a posição de Lanari em 1946 ver Gomes (1983, p. 288 e seg.).

revisão das tarifas ferroviárias eram demandas compartilhadas por todos os empresários mineiros. Entretanto, em nenhum momento estes se desligaram da perspectiva que apontava o desenvolvimento da indústria siderúrgica - como o revelam as reivindicações constantes pela “Volta Redonda dos mineiros” - como a chave do desenvolvimento industrial de Minas. As formulações de Lanari, radicado em São Paulo, apontavam outra perspectiva, qual seja a busca imediata de um planejamento que favorecesse a diversificação do parque industrial do estado.

A trajetória de Lanari Jr. é, aliás, elucidativa do papel que o **lugar** ocupado pelos tecnólogos tem na definição dos rumos de sua ação. Ainda em 1955, Lanari Jr. mantinha sua perspectiva quanto à necessidade de não se priorizar a indústria básica no desenvolvimento industrial mineiro. Em 1956, a notícia de que a Cosipa seria criada em São Paulo desencadeia a campanha da FIEMG pela criação da Usiminas, estabelecida com o objetivo de impedir, nos anos 50, derrota equivalente, para Minas, à verificada nos anos 30, com a criação da CSN no Rio de Janeiro. Lunardi, da FIEMG, foi o primeiro presidente da Usiminas. Entretanto, em 1958, Lanari, que participara da criação da Cosipa e estivera alheio ao processo inicial de criação da Usiminas, **muda de lugar** e é guindado, por indicação de Lucas Lopes, então presidente do BNDE, à presidência da Usiminas.⁴³

É óbvio que os casos apontados acima não tornam sem significação a formação técnica dos grupos que, nos anos 40 e 50, tiveram papel decisivo na condução das políticas públicas que permitiram a aceleração da industrialização mineira. Não obstante, eles ilustram as dificuldades existentes para a sua consideração como força social portadora de unidade e interesses específicos, em face de outras forças sociais, sem o que a noção de tecnocracia não faz sentido. Nesta medida, os “engenheiros de Ouro Preto”, para ficarmos aí, tiveram importante participação na composição dos quadros tecnoburocráticos e empresariais mineiros, mas, se não é possível deixar de levar em conta a formação comum para compreender as características de sua ação, isto não modifica o fato de que o poder que a sustentava radicava-se em recursos fundados no mundo da produção e/ou numa delegação específica dentro do aparelho de Estado, no qual ocupam

43 PRÓ-MEMÓRIA/FIEMG, LANARI JR., A. “A Siderurgia de Minas no Plano Nacional”, In: Vida Industrial, nº 12, dezembro de 1955; sobre a substituição de Lunardi e seu impacto na FIEMG ver FIEMG - 07/01/58. Conferir, também, A Criação da Usiminas (Depoimento de Amaro Lanari Jr.), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1977. Ver, ainda, Gomes (1983, p. 303-350).

determinados lugares. Assim é com a CEMIG, nos anos 50, e com o BDMG - criado a partir de campanha da FIEMG -, nos anos 60, lugares em que se constitui a **tecnoburocracia mineira**.⁴⁴

Não se trata de um problema apenas taxonômico. As formulações que enfatizam elementos como a formação comum dos personagens que ocupam posições de relevo no aparelho do Estado, vêm acompanhadas do entendimento que assinala ser o Estado o agente quase exclusivo do desenvolvimento brasileiro. Tal juízo se ancora na observação, segundo a qual, a estrutura econômica brasileira não teria gerado, na esfera da sociedade, os requisitos necessários à constituição de forças sociais capazes de ação consistente. Assim, a primazia atribuída ao Estado radica-se, ironicamente, numa compreensão economicista dos processos sociais, que negligencia as relações dinâmicas entre Estado e Sociedade e as **práticas** das diversas forças sociais. A nosso ver, as configurações estruturais emolduram e conferem caráter específico a estas relações e práticas, definindo seus limites e possibilidades. Entretanto, a compreensão de seus resultados obriga ao exame da trajetória das forças sociais que as engendram, dentro das quais se destacam as radicadas no mundo da produção e do Estado. De outra forma, noções como a de Estado, antes de definirem a condensação das relações entre forças sociais, aparecem como enteléquias, que substituem e obscurecem sua prática viva.

44 Sobre a criação do BDMG e a participação da FIEMG ver Diniz (1981, p. 149 e seg.).

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. A. G. *Technocracy and development: the case of Minas Gerais*. Michigan : Michigan University, 1980.
- ARANTES, L. A. V. *As Origens da burguesia industrial em Juiz de Fora: 1858-1912*. Niterói : UFF, 1991. (Dissertação de mestrado).
- BENEVIDES, M. V. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 3. ed.
- BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília : Editora da UNB, 1986. 2. ed.
- BOITO JR., A. *O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1972. 2. ed.
- CARVALHO, J. M. *A Escola de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1978.
- DELGADO, I. G. *Burguesia e Estado: o caso de Minas Gerais - a estratégia de um revés*. Belo Horizonte : UFMG, 1989. (Dissertação de mestrado).
- DIAS, J. L. M. Os Engenheiros do Brasil. In: GOMES, A. M. C. (coord.) *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte : UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, E. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1968.
- , BOSCHI, R. *Empresário nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1978.
- DREIFUSS, R. A. *A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis : Vozes, 1981. 3. ed.
- DULCI, O. Empresariado e política em Minas Gerais. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte : UFMG, n. 10/Cadernos DCP, n. 8 (edição conjunta), 1990.

- FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre : Globo, 1958.
- FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. São Paulo : Brasiliense, 1976. 4. ed.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- GALBRAITH, J. K. *O novo estado industrial*. São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)
- GIROLETTI, D. A. *O processo de industrialização em Juiz de Fora*. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1980.
- GOFFMAN, E. As características de instituições totais. In: ETZIONI, A. *Organizações complexas*. São Paulo : Atlas, 1973.
- GOMES, A. M. C. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro : Campus, 1979.
- GOMES, F. G. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1983.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo : Ática, 1980.
- *A burguesia brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, A. A ciência e o príncipe moderno. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo : Martins Fontes, 1978.
- LIMA, J. H. *Café e indústria em Minas Gerais: 1870-1920*. Petrópolis : Vozes, 1981.
- MARTINS, C. E. *Tecnocracia e capitalismo*. São Paulo : Brasiliense, 1974.
- MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Saga, 1968.
- *Formação do empresário industrial no Brasil*. *Revista Civilização Brasileira*, n. 13, 1976.
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo tardio*. São Paulo : Brasiliense, 1984. 3. ed.
- MINAS GERAIS, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação. Geral (SEPLAN). *Indicadores Sócio-Econômicos*. Belo Horizonte : SEPLAN, 1983.
- O'DONNELL, G. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. *Cadernos DCP*. Belo Horizonte : UFMG, n. 3, 1976.

- OFFE, C. Dominação de classe e sistema político. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.
- , LENHARDT, G. Teoria do estado e política social. In: OFFE, C., *op. cit.*
- , RONGE, V. Teses sobre o conceito de 'Estado Capitalista' e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. *op. cit.*
- , WIESENTHAL, H. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, *op. cit.*
- OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica da razão dualista*. Petrópolis : Vozes/CEBRAP, 1981. 4. ed.
- PAULA, M. C. S. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)*. Belo Horizonte : UFMG/DCP, 1976. (Dissertação de mestrado)
- PIRES, A. J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora: 1870-1930*. Niterói : UFF, 1993. (Dissertação de mestrado)
- POPOHL, G. A avaliação da discussão alemã sobre a tecnocracia. In: POPOHL, G. et alli, *Tecnocracia ideologia*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo : Martins Fontes, 1977.
- , MILIBAND, R. *Debate sobre o estado capitalista*. Porto : Afrontamento, 1975.
- SAES, D. *A formação do estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, V. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo : Duas Cidades, 1970.
- , *As razões da desordem*. Rio de Janeiro, 1993.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro : Campus, 1982. 2. ed.
- STARLING, H. *Os senhores das Gerais*. Petrópolis : Vozes, 1986. 2. ed.

- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo : DIFEL, 1976.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, S.B. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro : Campus, 1992.
- VIEIRA, E. *Minas Gerais: a dominação burguesa - conflitos políticos e formas de organização (1927-1940)*. São Paulo : USP, 1984. (Tese de doutoramento)
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- WIRTH, J. Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional - 1889-1937. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. v. 8, São Paulo : DIFEL, 1977. 2. ed.
- , *O fíel da balança*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.